

Parecer sobre orçamento entra em votação amanhã

CORREIO BRAZILIENSE

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), só deverá entregar seu relatório à Comissão hoje à noite ou amanhã pela manhã. A previsão é do vice-líder do Governo na Câmara, Messias Góis (PFL-SE), segundo o qual apenas anteontem à noite Fiuza recebeu os últimos relatórios setoriais, do Ministério da Agricultura e do FNDE, com as correções exigidas pela Comissão.

Com isso, o relatório geral só começou a ser processado pelo Prodasen ontem à tarde, e não haverá tempo hábil para que os impressos fiquem prontos antes da noite de hoje. A Comissão deverá, portanto, começar a examinar o parecer de Fiuza apenas amanhã, concluindo a apreciação no domingo para que o relatório seja votado pelo plenário do Congresso na segunda ou terça-feira.

Messias afirmou que o relator-geral procurou atender às solicitações da oposição, destinando maior verba para as áreas de educação, agricultura e ciência e tecnologia. "Houve um corte de 25 por cento nos investimentos, de 15 por cento nas verbas carimbadas e de três por cento no custeio", informou. "Com isso foi possível realocar os recursos com

uma boa margem de manobra".

Outro ponto levantado como importante para a garantia de aprovação do relatório de Fiuza foi a opção feita pelos parlamentares de retirarem, na semana passada, os sete mil destaques aos relatórios parciais, para que eles fossem transformados em sugestões ao relator-geral. "Em vez de pulverizar recursos para atender a interesses paroquiais, nós optamos em favor de interesses nacionais prioritários", disse Messias, adiantando que já está assegurado aumento de recursos para as universidades, crédito educativo, assentamento rural, reforma agrária, institutos de pesquisa e entidades confessionais.

Ameaça — Enquanto aguarda a chegada do relatório-geral, a Comissão Mista de Orçamento mantém as discussões em seu âmbito, direcionadas para os projetos de crédito suplementar enviados pelo Executivo ao Congresso. Ao contrário de anos anteriores, os parlamentares pretendem discutir ponto a ponto dos mais de 100 projetos, e muitos deles, como o que pede uma complementação de Cr\$ 49,845 bilhões para a compra de uniformes para o Ministério do Exército, correm o risco de serem rejeitados.